



A História da Escola Naval

Aspirante Alexandre Lopes de Abreu

Início de tudo

No século XVI o cristianismo viveu uma grande crise com a Reforma protestante introduzida pelo monge alemão Martinho Lutero. A Igreja católica já tentara reformar-se durante a Idade Média, mas nem todos os esforços nesse sentido tiveram êxito. Lutero e seus seguidores, a partir do início dos anos quinhentos, introduziram grandes modificações que alcançaram os fundamentos da fé católica e o termo "protestante" originou-se do protesto dos reformistas de 1526 contra decisão alemã de se impedir que alguma determinação obrigasse à adesão à nova fé. A pena imposta seria a proscrição imperial de Carlos V, do Sacro Império Romano Germânico.

Havida a Reforma e estando esta em andamento na Europa, países cristãos atiraram-se fortemente à disputa, originando guerras religiosas dentro de um mesmo país, que dispunha de partidos católicos e partidos reformistas ou protestantes. Este foi o caso da França, onde os protestantes também foram chamados de huguenotes.

Assim como nos séculos XIX e XX, houve países europeus que chegaram atrasados à segunda "corrida colonial", como foi o caso da Alemanha e da Itália, que estiveram longamente ocupadas em suas unificações;

no século XVI, a França estava atrasada na "corrida colonial" daquele dias, pois a descoberta e a ocupação das "terras em ser" couberam prioritariamente à Espanha e a Portugal, primeiros países a se dedicarem a grandes e difíceis navegações oceânicas.

Descobertas e colonizadas as terras americanas, deu-se em França a idéia e o ímpeto

de partilhar daquela aventura lucrativa. O Brasil estava na mira francesa e, em 1554, Villegagnon fez uma primeira viagem a terras portuguesas na América. Numa segunda viagem, em 1555, ele fundou uma pequena colônia numa ilha da baía de Guanabara; eram três navios, dois artilhados e um com provisões.

Nicolas Durand de Villegagnon (1510-1575), no comando dessa pequena frota de três navios e 600 pessoas, tomou posse da pequena ilha de Seregipe em 10 de novembro de 1555, na baía da Guanabara, após dois meses estudando as ilhas e terras adjacentes, onde eles construíram um forte chamado Coligny (em honra do Almirante-de-França² Gaspard de Coligny, que apoiou a expedição). A escolha deveu-se a ter sido considerada um excelente sítio militar, mas a força das ondas carregou-o³. Antes de se estabelecer na antiga ilha de Seregipe, imprópria para nela se fundar uma cidade, pelo pequeno tamanho e a falta de água, Villegagnon chegou a preparar pedras para estabelecer-se na ilha Ratier, no meio da entrada da barra, mas o mar violento não lhe permitiu o intento⁴. Villegagnon fundou um vilarejo, a que deu o nome de Henriville, na atual praia do Flamengo, em homenagem a Henrique II, o rei da França, que não somente conhecia, mas aprovava a expedição.

Sem ser incomodado pelos portugueses, que inicialmente não tomaram conhecimento da sua invasão, Villegagnon expandiu a pequena colônia trazendo mais colonos em 1558, desta vez constituídos de alguns protestantes suíços de Genebra, em três navios comandados por seu sobrinho, Bois-le-Comte. Villegagnon protegeu sua posição fazendo uma aliança com os índios Tamoios e Tupinambás da região, que combatiam os portugueses. Aqueles indígenas o chamavam de Pay Colas, significando senhor Nicolau. O Vice-Almirante Villegagnon retornara para França, em 1559, para defender-se das acusações que estava sofrendo pelos calvinistas, quando finalmente em 1560, Mem de Sá, o novo governador-geral do Brasil, recebeu do governo português a incumbência de expulsar os franceses, já que a coroa portuguesa buscava uma saída para a crise do declínio do comércio com o Oriente, investindo na colônia. Com uma frota de 26 navios de guerra e 2.000 soldados ele atacou e arrasou o forte Coligny, mas



foi incapaz de vencer seus habitantes e defensores que resistiram e depois conseguiram escapar para o continente com a ajuda dos índios, lá continuando a viver e a trabalhar. A pedido de dois influentes padres jesuítas que vieram ao Brasil com Mem de Sá, José de Anchieta e Manoel da Nóbrega, que tiveram um papel importante na pacificação dos Tamoios, Mem de Sá ordenou a seu sobrinho, Estácio de Sá, que organizasse uma nova força de combate. Estácio de Sá, preparando-se para a grande luta, tinha em seu acampamento dois padres jesuítas⁵. O capitão-mor Estácio de Sá fundou a cidade do Rio de Janeiro em 1º de março de 1565 e combateu os franceses durante mais dois anos. Ajudado por um reforço militar enviado pelo tio em 20 de janeiro de 1567, ele impôs uma derrota final às forças francesas e definitivamente expulsou-as do Brasil, mas morreu um mês depois, aos 25 anos de idade, por causa de ferimentos sofridos durante a batalha de Biraçumirim, no morro da Glória.

Villegagnon foi admirável em sua organização militar, extremamente hábil no trato com os índios. Mas o fracasso da colônia francesa deveu-se a problemas como: mudança drástica de clima e condições sanitárias precárias, que provocaram numerosas baixas; péssima qualidade do elemento humano, na sua totalidade composto de homens (o que gerou problemas, já que Villegagnon queria impor o casamento à força àqueles que viviam maritalmente com as índias), que foram retirados das prisões, sendo assim totalmente indisciplinados; impossibilidade de a coroa francesa

enviar auxílio de tropas devido a seu envolvimento em guerras na Europa; e também pela intransigência religiosa de Villegagnon, que agiu como bom cavaleiro de Malta e monge militar e bateu de frente com os calvinistas.

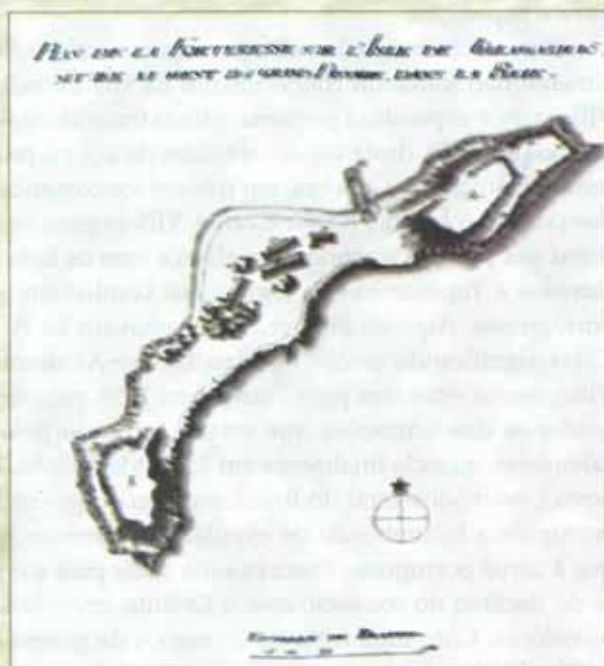
Até a primeira metade do século XVII ainda não havia sido construída nenhuma nova fortificação na ilha de Villegagnon, pelos portugueses, depois da destruição do forte Coligny. Isso se deveu em parte porque essa ilha perdeu importância na defesa da cidade, que se mudou para um morro à beira mar, depois chamado do Castelo, arrasado em 1922. Esse morro foi a primeira importante sede da cidade do Rio de Janeiro, posta no alto para favorecer-se sua defesa. Até então a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro era um entrenchamento dentro do qual levantaram-se palhoças, algumas cobertas de telha, contando com uma capela.⁶

Após prejuízos advindos de invasões sofridas, Portugal foi levado a enviar, a partir do século XVIII, oficiais engenheiros militares para tratar de nossas defesas. Em 1733, o então governador Gomes Freire de Andrade mandou arrasar um dos dois montes que havia na ilha, o monte das Palmeiras, para ganhar espaço sobre o mar e construir um forte que foi batizado com o nome de São Francisco Xavier. Mas foi somente em 1775 que, por ordem do marquês de Lavradio, foi iniciada a construção de uma fortaleza que recebeu o nome de Nossa Senhora da Conceição de Villegagnon. A fortaleza foi construída na parte mais elevada da ilha, onde antes fora construído o forte de São Francisco Xavier. O acesso à fortaleza era feito por um túnel de aproximadamente 15 metros de extensão, onde ficavam localizados os quartéis e as prisões subterrâneas. A capela de Nossa Senhora da Conceição ficava no centro da fortaleza, acima do castelo de aproximadamente cinco metros.

Depois da Independência, a ilha de Villegagnon passou a pertencer ao Ministério da Marinha e, em 3 de dezembro passou a abrigar o Corpo de Imperiais Marinheiros, criado em 1836.

Conforme relatório do ministro dos Negócios da Marinha assim foram descritas as edificações em 1864:

"1 Fortaleza composta de duas muralhas, alta e baixa, de 36 guaritas, 39 canhoneiras, duas cisternas, um tanque de cantaria, uma casa forte para o paiol da pólvora, quartéis e uma prisão. 1 capella de paredes mestras com sacristia ao lado, dentro da fortaleza de Willegagnon. É onde se celebra os actos religiosos. 1 casa térrea fora da fortaleza. É a residência do commandante do corpo de imperiais marinheiros. Concessão gratuita. 1 dita.



Idem. Reside n'ella o 2º commandante do dito corpo. Concessão gratuita. 1 dita. Fora da fortaleza. Existe n'ella a oficina de serralheiros do mesmo corpo. 1 talheiro sobre pilaraes. Próximo a praia. Serve de depósito dos tanques d'água". Três casas fora da fortaleza ocupadas pelo corpo de imperiais marinheiros. "1 talheiro de paredes de tijolos. Junto a muralha da fortaleza. 1 casa térrea. Junto ao portão da fortaleza. Serve de cozinha do corpo".

Em 1876, foram inauguradas, na presença da princesa imperial regente, obras de melhoramentos; dentre elas destacou-se o revestimento de pedra da grande muralha externa.

A República foi proclamada em 1889 e em setembro de 1893 eclodiu a Revolta da Armada, sendo a fortaleza completamente arrasada. Mesmo em situação precária, a fortaleza de Villegagnon continuou a sediar o Quartel do Corpo de Marinheiros Nacionais (designação que recebeu após o advento da República em 1889).

O Almirante Alexandrino Faria de Alencar, Ministro da Marinha em 1908, sugeriu em relatório ao Presidente da República a transferência do Corpo de Marinheiros Nacionais para a ilha das Enxadas e a construção em Villegagnon de um edifício adequado destinado a abrigar a Escola Naval. Antes que a ilha de Villegagnon sediasse a Escola Naval, esta funcionou na enseada Batista das Neves, na Tapera, até 1919. Em seu prédio funcionou uma escola de marinheiros. Nele, depois de 1951 sediou-se o Colégio Naval. Considerando as muitas dificuldades de funcionamento da Escola Naval naquelas paragens longínquas, houve plano arquitetônico para a construção da Escola na ilha das Enxadas, plano não concretizado com rapidez. A Escola Naval funcionou na ilha das Enxadas de 1883 até 1914, depois de sediar-se a bordo da fragata *Constituição* entre 1867 e 1882, quando se mudou para o Arsenal de Marinha face às condições precárias daquele navio. Tendo voltado à ilha das Enxadas em 1920, a Escola Naval ficaria ali até 1938. Entretanto a construção das dependências se deu a partir de 1934. Durante as obras de construção procurou-se respeitar e realçar a parte histórica da ilha, o que serviria aos futuros oficiais como uma recordação constante dos episódios vividos em nossa história. As instalações foram inauguradas solenemente no dia 11 de junho de 1938, fazendo-se presente o Presidente da República, Getúlio Vargas.



Companhia de Guardas-Marinha em 1782

Foi longo o caminho que levou à preparação acadêmica, marinheira e militar dos oficiais de marinha em Portugal. Muito se escreveu a esse respeito de modo inconclusivo e, por vezes, errôneo. Diante das muitas dúvidas e discussões, fez-se demorada viagem de estudos a Lisboa no começo de 1982, com pesquisas documentais primárias no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, no Arquivo Geral da Marinha, na Biblioteca de Lisboa e outras entidades de cultura e documentação na capital lusa, além de muitas pesquisas no Rio de Janeiro, no Arquivo da Marinha, na Biblioteca Nacional e no Arquivo Nacional. Desses estudos surgiram resultados claros e conclusivos provando a criação da Companhia de Guardas-Marinha com sua Real Academia em 14 de dezembro de 1782. A Companhia de Guardas-Marinha era a estrutura militar de agrupamento de jovens pretendentes à carreira naval. A Academia Real era o conjunto de estudos que se faziam para tal fim. Em termos atuais, a Companhia corresponderia ao Corpo de Aspirantes, enquanto que a Academia corresponderia à Superintendência de Estudos, ambas partes de nossa atual Escola Naval. Nessas pesquisas foi encontrada, por exemplo, a matrícula do famoso poeta Manuel Maria Barbosa L'Hidois du Bocage como guarda-marinha. Nessa condição Bocage

Nota: A antiga tradição da Noite de São Bartolomeu, que ocorria na Escola Naval, em que os aspirantes do primeiro ano, oriundos do Colégio Naval, recebiam os aspirantes que eram admitidos através de concurso direto, ocorrendo trotes, é originada do seguinte episódio da história francesa: agente real francês tentou assassinar um líder huguenote de Paris, almirante Gaspard de Coligny, o que enfureceu os protestantes. Em reação, na madrugada de 24 de agosto de 1572, dezenas de huguenotes foram assassinados em Paris, numa série de ataques planejados pela católica família real francesa.

esteve no Brasil, pois que o regulamento da Companhia previa uma viagem de longo curso “à Índia ou ao Brasil” para que os guardas-marinha pudessem ser promovidos a “tenentes de mar”. E para serem provados em sua resistência, os guardas-marinhas passaram a ser antes aspirantes, desde 1788, isto é, aspirando a serem guardas-marinha.

Enquanto não se baixaram regulamentos definitivos, a Companhia e a Academia foram regidas por regulamentos provisórios ou “provisionais” como também se dizia. Esses regulamentos também foram encontrados em manuscritos. Isso tudo foi importante porque a Escola Naval do Brasil é a continuação ininterrupta da Companhia Real de Guardas-Marinha e sua Academia, de 1782. A atual Escola Naval portuguesa não, pois a Companhia voltou em parte para Portugal quando da Independência do Brasil e lá funcionou com outros nomes e organização até que a rainha dona Maria II, irmã do imperador do Brasil dom Pedro II, criou a atual Escola Naval portuguesa em 1845.

Foi, portanto, com o desejo de apurar a preparação dos futuros oficiais da Armada, dando-lhes também formação militar, além da acadêmica, que a rainha dona Maria I criou, em 14 de dezembro de 1782, a Companhia de Guardas-Marinhas, em Lisboa, dizendo em seu decreto, que tinha por fim “... que na Marinha haja oficiais hábeis e instruídos para me servirem com utilidade”. Seus primeiros estatutos permanentes foram baixados em abril de 1796, o que fez muitas pessoas pensarem que essa seria a data de criação da Companhia e de sua Academia.

Ao iniciar-se o último trimestre de 1807, a iminência da invasão francesa e as pressões britânicas encaminhavam o governo português para a decisão de abandonar Lisboa. A Real Academia e sua Companhia

embarcaram a bordo da nau *Condé Dom Henrique*, transferindo-se para o Brasil, chegando ao Rio de Janeiro em 1808. Aqui teve quartel na rua dos Ourives e no mosteiro de São Bento, o qual tornou-se sua primeira sede. Na verdade o Mostei-

ro de São Bento do Rio de Janeiro foi também “Quartel do Comando e Direção da Companhia e sua Real Academia”, como se pode ler em documentos oficiais coevos. Ali inaugurou o ensino superior civil no Brasil, pois admitiu, em 1810, estudantes civis em seus cursos. A Academia Real passou a ser referida como “Academia de Matemática em São Bento”, por causa de seu curso matemático, assim chamado por ser diferente do conjunto de matérias náuticas e militares que a Academia Real também tinha. Sua biblioteca, criada em 1802, seria aberta ao público no Rio de Janeiro, mas não foi. Se fosse, seria considerada a primeira biblioteca pública no Brasil, anterior à Biblioteca Nacional. Seu acervo veio para o Brasil em 1809, a bordo da charrua *São João Magnânimo*. O catálogo dessa biblioteca, feito em 1812, ainda existe na Biblioteca Nacional. Dele consta a carta de Pero Vaz de Caminha sobre o descobrimento do Brasil; essa carta deve ter voltado para Portugal com dom João VI em 1821, pois ela ainda está no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, de Lisboa.

No século XIX, essa academia chamou-se depois Academia Nacional e Imperial dos Guardas-Marinha, Academia de Marinha, Escola de Marinha e Escola Naval ainda no século XIX. Nela, em 1821, teve praça de aspirante a guarda-marinha o jovem português Francisco Manuel Barroso. Outros conhecidos almirantes também estudaram nela, exceto o Marquês de Tamandaré.

Após a abdicação do primeiro imperador e durante o governo da regência, em 1832, fundiram-se as academias militares (de 1810) e a dos guardas-marinha, criando-se a Academia Militar e de Marinha funcionando no largo de São Francisco no edifício construído sobre os alicerces do que seria a Sé Nova. Essa nova academia ficou subordinada ao Ministério da Guerra, mas o decreto que a criou nunca foi aprovado pelo Parlamento, revogando-se essa fusão em 1833.

Por ordem da regência e estando a unidade nacional ameaçada pelas lutas internas, a Academia de Marinha funcionou a bordo da nau *Pedro II* a partir de 1839, ali ficando por 10 anos. Era navio desarmado, que não oferecia boas condições de aprendizado e acomodação e, ao que parece, nunca deixou o porto do Rio de Janeiro, depois que se tornou sede da Academia. Com a mudança, a Academia perdeu sua biblioteca, cujo acervo deu origem à Biblioteca da Marinha em 1846. Após dez anos a bordo da *Pedro II*, fundeada na baía de Guanabara, a Academia voltou para terra, sem ainda ter uma sede apropriada para esse fim.



Mosteiro de São Bento (1808-1835)



*Nau Pedro II
(1839-1849)*



Largo da Prainha (1850-1865)



*Fragata Constituição
(1866-1882)*



Ilha das Enxadas (1883-1913)

Instalada em prédio alugado no largo da Prainha, onde hoje é a Praça Mauá, sofreu reforma nos estatutos de 1796, a Academia Imperial passou a denominar-se Escola de Marinha. Nessa nova fase seu comandante passou a denominar-se diretor, título conservado até a segunda metade do século XX.

Devido ao pleno desenvolvimento da Revolução Industrial e à eclosão da campanha Oriental, conflito que precedeu a guerra do Paraguai (1864-1870), essas mudanças fizeram nossa Armada preocupar-se com a construção de navios de guerra por meio de projetos de casco e máquinas brasileiros. Nessa época o encouraçado *Brasil*, última palavra da época, encomendado à França foi lançado ao mar em 1864, com casco de ferro.

Havendo essas mudanças, a Escola de Marinha voltou a funcionar a bordo de um navio de guerra, dessa vez a fragata *Constituição*, a vela, onde se sediou de 1866 até 1882. Nela formou-se guarda-marinha o futuro Almirante Alexandrino Faria de Alencar, depois Ministro da Marinha e modernizador de nossa força naval. O ano de 1882, passou-o a Escola no Arsenal de Marinha, provisoriamente apenas para as aulas, enquanto os aspirantes aquartelavam-se em navios de guerra ancorados no porto do Rio de Janeiro. É que a velha fragata *Constituição* fizera água e não apresentava mais condições de ter a seu bordo a Escola de Marinha.

Na sua primeira fase na ilha das Enxadas deu-se a fusão do Colégio Naval com a Escola de Marinha, em 1886, passando esta se chamar "Escola Naval", nome que ostenta até hoje. Viveu também nesta ilha a grande crise da Revolta da Armada (1893-1894), quando, sob a direção do Contra-Almirante Luís Felipe Saldanha da Gama, comungou com a Marinha heróicos ideais de uma época. Foi fechada e teve seu diretor,

professores e alunos declarados desertores, mas tudo terminou com a anistia do presidente Prudente de Moraes Barros (primeiro presidente civil da República), que reabriu a Escola em 1895.

Angra dos Reis (1914-1920)

A Escola Naval teve sua primeira sede fora do Rio de Janeiro desde 1808 funcionando na enseada da Tapera (Angra dos Reis) durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Esse conflito foi marcado pela cooperação eficaz de nossa Marinha com os Aliados por meio do patrulhamento da área Dakar-Gibraltar-São Vicente com a Divisão Naval em Operações de Guerra - DNOG. Esta mesma enseada veio a se chamar de Batista das Neves em homenagem ao comandante do encouraçado *Minas Gerais*, seriamente ferido ao debelar motim de marinheiros durante a Revolta da Chibata (1910). A esta época sua antiga sede, a ilha das Enxadas, foi cenário de fato histórico pioneiro: o Dr. Wenceslau Braz tornou-se o primeiro presidente da República a voar. O mesmo foi o criador da Aviação Militar Naval, em 1916 e, assim, o criador da Aviação Militar do Brasil.

Durante o afastamento da EN da ilha das Enxadas ela foi ocupada pela Escola de Grumetes (que vai para



Angra dos Reis (1914-1920)

Nota: Devido às dificuldades do sistema de ensino nacional, criou-se em 1871 o Externato da Marinha, preparatório para os candidatos à Escola de Marinha. Em 1876, o Externato transformou-se no Colégio Naval, em regime de internato.



Ilha das Enxadas (1921-1937)

Angra dos Reis ficando instalada lá até a ocupação pelo Colégio Naval em 1950) e pela Escola de Aviação Naval, criada em 1916. Escola que só deixou a ilha em 1937 para instalar-se na ponta do Galeão. Ali foi absorvida em 1941 pelo Ministério da Aeronáutica, então criado. A Escola Naval retornou para a ilha das Enxadas em 1920, para o Centenário da Independência e sob orientação doutrinária de uma Missão Naval Americana. Esta lhe imprimiu organização que perdurou até 1977, face às necessidades de modernização em virtude das mudanças do pós-guerra, a qual organização incluiu a

fusão dos cursos de Náutica e Máquinas; assim, os alunos eram chamados de aspirantes de marinha e aspirantes de máquinas; passaram então todos a ser “aspirantes de marinha”. Quando, em 1925, fundou-se a *Galera*, esta chamou-se *Revista dos Aspirantes de Marinha*. Nas Enxadas tiveram início em 1937, os três cursos: da Armada, de Fuzileiros e o de Intendentes Navais (depois chamados de Intendentes da Marinha). Quanto a estes, data de 1893 a primeira proposta para serem formados pela Escola Naval, com o nome de “comissários”.

Desde 1938 a EN está sediada na ilha de Villegagnon em prédio inaugurado em 11 de junho de 1938, construído especialmente para ela, por iniciativa do Alte. Protógenes Pereira Guimarães - “O Ministro das realizações”. Em 1969, a Marinha vivia grande crise de vocações para seus cursos de formação de oficiais, diante de um mercado de trabalho difícil e atraente para carreiras civis. Criou-se então na EN um curso de Engenharia de Operações – modalidade Mecânica, como parte do currículo de formação. Isso fez crescer novamente o número de candidatos à Escola Naval, estabelecendo-se diversos laboratórios práticos de Mecânica no andar térreo do prédio de alojamentos, onde antes



Ilha de Villegagnon (1938- até hoje)

funcionavam diversos grêmios da Sociedade Acadêmica Phoenix Naval (criada em 1963). A partir de 1975 foram implantados na Escola Naval os cursos de Eletrônica, Mecânica, Sistemas de Armas e Administração de Sistemas. Estes combinados com os cursos antigos: Armada, Fuzileiros e Intendência, introduzidos em 1937. Havia, assim, 12 terminalidades possíveis, até que se decidiu que os aspirantes que optassem por Administração de Sistemas poderiam ser apenas Intendentes de Marinha, não podendo estudar também Mecânica ou Eletrônica.

Os avisos de instrução, que foram lançados na década de 80 e que realizam exercícios simulados com os aspirantes, lembram oficiais egressos da atual EN, que morreram em operações de guerra, antes de alcançarem o oficialato: Aspirante Joaquim Cândido do Nascimento, na guerra do Paraguai (1865) e Guardas-Marinha Agenor de Brito e Milton Jansen de Faria, ao término da Segunda Guerra Mundial.

A Escola Naval vem sofrendo um processo de modernização de suas instalações desde 1999, com implantação de simuladores e laboratórios de última geração em diversas áreas, procurando trazer à vida do aspirante a realidade encontrada a bordo dos navios, visando assim a melhoria do preparo da formação dos futuros oficiais.

Para finalizar, e melhor expressar a finalidade deste trabalho, utilizo as palavras do Comte. Antonio Luiz Porto e Albuquerque (professor de História Naval de 1968 a 1997) em sua historiografia sobre a Escola Naval, e que colaborou na publicação deste artigo.

“Pioneira em muitas iniciativas de caráter científico e técnico em nosso País, a Marinha se tem recolhido modestamente, recatadamente, a viver sua vida própria, deixando que os frutos de seu trabalho apenas eventualmente se explicitem. É caso exemplar a formação do homem que vive na Marinha sua profissão, nos diversos postos e graduações, do almirante ao grumete, recebendo todos apurado grau de instrução, de formação moral e cívica, vindo a contribuir para o crescimento do nível de civilização de nossa sociedade. Pois, quando retorna à vida civil, de onde veio, o homem que teve na Marinha parcela ponderável de sua educação, o faz enriquecido por uma contribuição inestimável que recebeu para sua formação integral. Quer, portanto, para o estrito exercício da profissão naval, quer para o prosseguimento da vida civil, a Marinha é toda ela uma escola, formadora de homens, de militares, destinados à defesa da Pátria no mar”.

Bibliografia:

ALBUQUERQUE, Antonio Luiz Porto e. Da companhia de Guardas-Marinhas e sua Real Academia à Escola Naval 1782-1982. Rio de Janeiro; Biblioteca Reprográfica Xerox, 1982.

ANCHIETA, Joseph de. De gestis Mendi de Saa. Arquivo Nacional, 1958

BOITEUX, Lucas Alexandre. A Escola Naval (Seu Histórico 1761-1937). Imprensa Naval, Rio de Janeiro, 1940.

FERREZ, Gilberto. O Rio de Janeiro e a defesa de seu porto 1555-1800. Serviço de Documentação da Marinha, Rio de Janeiro, 1972.

MARIZ, Vasco; PROVENÇAL, Lucien. Villegagnon e a França Antártica. Rio de Janeiro; Editora Nova Fronteira, 2000.

PEILLARD, Leonce. Villegagnon: vice-almirante de Bretagne, vice-roi du Brésil. Paris: Librairie Académique Perrin, 1991.

PRADO MAIA, João do. Quatro séculos de lutas na baía do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1981.

REVISTA NAVIGATOR. Construções Históricas da Ilha de Villegagnon. Rio de Janeiro, Serviço de Documentação da Marinha, dezembro de 2005.

WETZEL, Herbert Evaldo. Mem de Sá: terceiro governador-geral: 1557-1572. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1972.

Notas:

¹ Cf. Peillard, Leonce. Villegagnon: vice-almirante de Bretagne, vice-roi du Brésil. Paris: Perrin, 1991, p. 102, 106.

² Almirante-de-França é mais um título do que um posto na Marinha francesa. Equivale a marechal-de-França, título criado em 1047, com precedência sobre todos os marechais. O último marechal-de-França foi Alphonse Juin, da Segunda Guerra Mundial, e que visitou a Escola Naval do Brasil. Dos almirantes-de-França, o primeiro foi Florent de Varennes, em 1270; o último foi François-Thomas Tréhouart, em 1869.

³ Cf. Anchieta, Joseph de. De gestis Mendi de Saa. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1958, p. 153.

⁴ Cf. Ferrez, Gilberto. O Rio de Janeiro e a defesa de seu porto: 1555-1800. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1972, p. 1.

⁵ Cf. Wetzel, Erbert Evaldo. Mem de Sá: terceiro governador-geral, 1557-1572. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1972, p. 126.

⁶ Cf. Prado Maia, João do. Quatro séculos de luta na baía do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1981, p. 15.